

Onde Acaba a Europa e Onde Começa a Vizinhança?

Manuel Porto (coordenação)

Professor, Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra

Pode dizer-se, sem exagero, que com a globalização a Europa não tem fronteiras, não chega a “acabar”.

1. A história do mundo, a partir dos descobrimentos dos portugueses, é aliás em grande medida a história da Europa, desde então com uma presença dominante nos demais continentes; não obstante o peso económico que a China e a Índia tinham ainda no início do século XIX, com 42 % da riqueza mundial em 1820, qualquer deles tinha então uma riqueza semelhante à da Europa (tendo os Estados Unidos da América 1,9 %...).

Tivemos depois no século XX um século bipolar ou tripolar. Foi bipolar no plano militar e em grande medida no plano político, com a “guerra fria” entre o capitalismo e o comunismo, os Estados Unidos liderando o “bloco” capitalista e a União Soviética liderando o “bloco” comunista. No plano económico tivemos por seu turno um mundo tripolar, com a “triade” formada pelos Estados Unidos, a Europa (um espaço que se foi integrando formal e informalmente) e o Japão.

2. O quadro do século XXI vai ser todavia diferente, designadamente no plano económico, com a emergência de novas potências: além da China e da Índia, ainda, por exemplo, os dois outros BRIC’s, o Brasil e a Rússia. Encontramos neste quadro uma razão complementar para a Europa se fortalecer, face a novas concorrências.

Olhando para as populações, não pode deixar de ter-se em conta que quer a China quer a Índia são mais do que duas vezes maiores do que nós.

É de ver pois aqui um argumento adicional para os alargamentos, diminuindo-se assim as diferenças de dimensão. Mas sendo sem dúvida um argumento a ter em conta, não pode nunca perder-se de vista que é inaceitável que com os alargamentos diminua a capacidade de intervenção da União Europeia. Nas expressões inglesas, *broadening* só é aceitável se for acompanhada de *deepening*. O autor destas linhas nunca esquecerá as palavras do então presidente da Comissão, Jacques Delors, numa sessão plenária do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, quando começaram a preparar-se os alargamentos a Leste: chamando a atenção para que “alargamentos mal feitos levariam ao fim da União Europeia”.

3. Importa pois que se encontrem vias alternativas aos alargamentos, evitando-se riscos e aproveitando-se na medida possível as sinergias entre a União Europeia e os nossos vizinhos. Por outras palavras, é decisivo que com o aprofundamento do bloco formal se verifique simultaneamente, no interesse de todos, um alargamento e um fortalecimento do bloco informal europeu, que abrange mesmo áreas não europeias, como é inequivocamente o caso do norte de África.

É nesta linha que se enquadra a Política de Vizinhança, a *European Neighbourhood Policy* (ENP), abrangendo 16 países da Europa Central e do Leste, do sul do Cáucaso e do sul do Mediterrâneo: a Ucrânia, a Bielorrússia, a Moldávia, a Geórgia, a Arménia, o Azerbaijão, a Argélia, o Egipto, Israel, a Jordânia, o Líbano, a Líbia, Marrocos, a Síria, a Tunísia e a Autoridade Palestiniana.

São países em geral muito abaixo dos nossos níveis de desenvolvimento, onde vivem cerca de 400 milhões de habitantes com menos de 2000 euros per capita (21300 euros per capita na ex-UE-15...)

Com dotações orçamentais na ordem de 14,5 milhares de milhões de euros nas Perspectivas Financeiras para 2007-2013 (bem acima das verbas atribuídas ao TACIS e ao MEDA entre 2000 e 2006: 8,5 milhares de milhões), pretende-se fomentar acções com efeitos multiplicados

que levem a um desenvolvimento mais rápido desses países; no reconhecimento de que não é possível (por isso sério) criar-lhes perspectivas de adesão à União (ainda que seja esse o seu desejo...). Como foi sublinhado, não pode continuar-se a “comprar simpatias” com promessas de adesão.

4. A Europa não pode todavia de forma alguma “acabar” mesmo nos limites dos países incluídos na Política de Boa Vizinhança: não é esse o nosso interesse e não estaríamos a corresponder assim às nossas responsabilidades, históricas, actuais e futuras, também face aos demais países e povos do mundo (alguns deles lusófonos).

Temos pois de continuar a seguir políticas de abertura (ou passar a fazê-lo, no domínio agrícola) e cooperação, explorando oportunidades e dando oportunidades aos demais.

Os exemplos da China e da Índia têm de estar sempre bem presentes, parecendo-nos seguro que foram as suas políticas de encerramento que levaram ao empobrecimento verificado nos últimos séculos, com as carências gravíssimas e mesmo a morte de tantos cidadãos com fome: de nada tendo valido as suas tradições milenares. Na expressão consagrada no título de uma obra de referência de Gunner Myrdal (de 1968), falando-se do *Asian Drama*, teríamos no século XXI um *European Drama*, encerrando-se da forma mais triste meio milénio de preponderância europeia.

5. Não podemos aceitar pois alargamentos que nos enfraqueçam; só uma Europa competitiva sendo capaz de dar resposta aos desafios extremamente difíceis que se aproximam. Além de ser este o nosso interesse, há também o interesse dos demais, vizinhos e não vizinhos. Ricos e pobres, ganham com um mercado rico que aqui encontrem. E em relação aos mais pobres há que lembrar que só a nossa prosperidade permite que continuemos na primeira linha do apoio ao desenvolvimento. Só países europeus satisfazem aliás agora o compromisso, assumido no seio das Nações Unidas de se destinar aos países subdesenvolvidos 0,7 % dos PIB nacionais; com verbas a que acrescem os apoios do orçamento da União (com 95,59 milhares de milhões de euros) para tornar a UE enquanto parceiro mundial nas Perspectivas Financeiras para 2007-2013-

6. Uma política de boa vizinhança arrojada, evitando-se alargamentos incorrectos, será pois a via desejável a seguir: no nosso interesse, no interesse dos nossos vizinhos e no interesse do mundo em geral, um mundo que tem de continuar a contar connosco.